

Disputa de projetos no campo da educação e da formação profissional da classe trabalhadora e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – Pronera¹

Gaudêncio Frigotto²

Saúdo a cada uma e cada um dos presentes, intelectuais militantes que lutam pela mesma causa. Lutamos por uma sociedade sem a dominação de classe, em que todos vivam do seu trabalho e não da exploração dos outros. Sociedade na qual a terra, a água, a natureza no seu conjunto sejam patrimônio de todos e que a ciência, a educação, a cultura, a arte, o lazer possam qualificar a vida de cada um.

Este seminário, promovido pelo Pronera, tem um sentido simbólico e de interpelação singular e profunda neste momento em que vivemos na sociedade brasileira. Um sentido simbólico de nossas lutas é a reconquista do Pronera e do que representa, ao longo demais de duas décadas, para a educação dos povos do campo (sem terra, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas etc.) depois de ter sido cancelado por um governo de extrema direita.

Uma reconquista após quatro anos de um governo pautado pela insanidade, insensatez e estupidez humanas e que desmantelou o Estado e a sociedade brasileira pela agenda do fundamentalismo econômico, para o qual o mercado subordina a vida, a sociedade, a educação, a ciência e a cultura; o fundamentalismo político, para o qual não existem adversários na disputa de projetos de sociedade e educação, mas sim inimigos a silenciar pela ameaça e o medo ou, no limite, por planos para matar; e, o fundamentalismo religioso que subordina a ciência à crença sob a égide do dogmatismo fanático, da vingança e do ódio ao próximo.

Mas, também, num contexto em que, pela primeira vez em nossa história, os golpistas estão sendo julgados e podem ir para a cadeia: ex-presidente e o general vice (este já preso), generais da ativa e reserva, políticos e empresários. Um fato histórico que sintetiza muitas lutas, muitas torturas, muitas mortes no campo e na cidade. Um fato que pode se tornar um marco histórico de não retorno à estratégia reiterada da classe dominante brasileira de anular as conquistas da classe trabalhadora do campo e da cidade por ditaduras e golpes de diferentes naturezas.

¹Texto que tem como base o conteúdo da conferência proferida no Primeiro Encontro Nacional do Programa de Educação da Reforma Agrária em Brasília, no dia 2 de julho de 2025.

² Filósofo e pedagogo, doutor em Educação. Professor titular emérito (aposentado) na Universidade Federal Fluminense. Professor associado (aposentado) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atualmente professor visitante nesta universidade no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/URERJ).

Mas, igualmente, um contexto de interpelação para as tarefas que este momento nos impõe para que estas forças não retornem a presidir o Brasil. Forças que, na semana passada, mostraram do que são capazes, solapando e buscando inviabilizar o governo que o povo elegeu, além de aprovarem matérias no Congresso Nacional que asfixiam a possibilidade de o governo sustentar políticas públicas universais e programas de transferência de renda³.

Essa longa introdução ao tema que me foi proposto não é para sinalizar que tudo está perdido. Não, ao contrário, porque no decorrer de nossa história o povo e suas organizações alcançaram conquistas que vão do fim da escravidão, ao rompimento das cercas do latifúndio, como também o direito à alfabetização, à Educação Básica, ao voto das mulheres e o reconhecimento da cidadania aos povos originários.

Lutas e conquistas que se expressam na criação do Ministério dos Povos Indígenas; Ministério da Igualdade Racial, que combate o racismo estrutural; Ministério da Mulher, que demarca a luta pela igualdade de gênero; Ministério dos Direitos Humanos, que visa à garantia dos direitos básicos de comer, beber, ter um teto e vestir, dos direitos sociais do trabalho, da educação, saúde, cultura, lazer e direitos subjetivos de sermos o que somos na diversidade da espécie humana.

Como destaca Georges Snyders (1977), no livro *Escola, classe e luta de classe*, a luta pela educação que interessa à classe trabalhadora é parte da mesma luta dos trabalhadores para superar a sociedade capitalista. Mas essa introdução também quis demarcar o sentido atual da síntese que Karl Marx fez no debate que ele e seus companheiros promoveram quando reunidos em 1869 no Conselho-Geral da Associação Internacional do Trabalho (AIT): “Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino, por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente é necessário partir da situação atual” (Marx, *apud* Lombardi, 2011, p. 138).

Assim, como estímulo ao debate, inicialmente, vou pontuar as lutas do passado pelo projeto de sociedade e educação que iluminam o presente; em seguida, as lutas do projeto de educação e formação profissional no contexto do neoliberalismo. E, para concluir, o desafio de retomar a formação e a luta política.

³. Refiro-me aqui a não aprovação de proposta do governo que visava taxar minimamente as superfortunas, os super-ricos e também os lucros bancários.

1. As lutas do passado que iluminam as lutas do presente

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como **ela relampeja no momento** de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. (...) isto. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.”

(Walter Benjamin, *Tese seis sobre história*)

Qual o DNA da sociedade que foi sendo constituída e que tem em sua raiz as relações sociais de poder que nos transformam em uma sociedade rica e pobre? Ou seja, de uma maioria que concentra propriedade privada e riqueza pelo latifúndio, por grandes empresas, pelo capital financeiro e do consumo de luxo à custada pobreza da grande massa popular e que conforma uma das sociedades mais desiguais do mundo. Para elucidar, destaco alguns exemplos.

De acordo com o censo de 2022, as favelas cresceram 95% em 12 anos e concentram 16,4 milhões de brasileiros. Ao mesmo tempo, o Penad deste mesmo ano revela que dos 49 milhões de brasileiros na faixa dos 15 aos 29 anos, em todo o país, 20% não estudam nem trabalham⁴. Isto é, cerca de 10 milhões compõem o que se convencionou denominar de geração nem-nem.

Esta categoria falseia a realidade, pois sabemos que de fato não estão estudando, mas exercendo, grande parte deles, atividades de sobrevivência precárias ou atividades ligadas ao ilícito (venda de mercadorias roubada ou atividade relativa são crime – tráfico de drogas, armas, órgãos humanos etc.) As prisões brasileiras estão repletas de jovens entre 18 e 29 anos, muitos deles, como mostra o livro de Letícia Chahaira (2023), sem documentos.

O agronegócio também falseia a realidade quando afirma que dá segurança alimentar ao mundo. De fato, o Brasil é um dos maiores exportadores da cadeia de carnes e de grãos, mas esta produção não se destina à necessidade e ao direito de toda pessoa se alimentar adequadamente. O “Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (Sofi 2024), no Rio de Janeiro, revelou que a insegurança alimentar severa no Brasil caiu 85% em 2023 em relação a 2022. A porcentagem representa uma queda de 17,2 milhões para 2,5 milhões de

pessoas nessa situação, percentualmente a queda foi de 8% para 1,2% da população”⁵. E a meta do atual governo de sair do mapa da fome foi declarada pela Organização das Nações Unidas, pois a fome severa atinge menos que 2,5% da população⁶. E sabemos que a insuficiência alimentar que se expressa por uma dieta inadequada ou insuficiente é muito alta na população.

Trata-se de uma sociedade, como nos ensinam Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, em que a classe dominante brasileira optou pelo capitalismo dependente e de modernização conservadora. O conceito de capitalismo dependente expressa menos o domínio de uma nação sobre a outra e sim a aliança das classes dominantes detentoras do capital do mundo. Deste modo, diferente das burguesias que fizeram as revoluções clássicas e buscaram construir nações soberanas, com alto investimento em educação, ciência e tecnologia, a burguesia brasileira nunca teve a intenção, e continua no presente não tendo, de construir uma nação autônoma e soberana. Associa-se, de forma subordinada, mas rendosa, aos centros hegemônicos do capital.

A modernização conservadora expressa a natureza deste capitalismo dependente que não é estagnado, ao contrário, é dinâmico, mas reitera a combinação ou simbiose de setores modernos, avançados, com altíssima concentração de propriedade, renda e capital, com setores marcados pelo atraso, pela pobreza ou miséria. Um exemplo da modernização conservadora é o agronegócio. A tecnologia 4G na produção de grãos e cadeia de carnes nos coloca, nos dois casos, entre os maiores produtores exportadores do mundo. Mas, como destaquei anteriormente, ainda convivemos com a fome severa e, sobretudo, com grande parte da população que se alimenta mal. A modernização conservadora não necessita de produzir ciência e tecnologia de marca original e, por isso, como verá, também não precisa de educação pública, universal, gratuita e laica de qualidade. Do mesmo modo, ela representa o entrave à soberania alimentar, como mostra a análise de Joaquim Gonçalves da Silva (2021) no livro *Soberania alimenta dimensões material, prático-política e utópica*.

Francisco de Oliveira, assim como Florestan, busca entender a especificidade de nosso processo histórico articulando a estrutura econômica com a superestrutura política, dentro da análise das classes sociais. Em *Crítica à razão dualista*, Oliveira se contrapõe às visões dualistas que fundamentavam as explicações para o subdesenvolvimento a partir da oposição entre o arcaico e o moderno. Sob o ângulo do

⁵Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 30.jun.2025.

⁶Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/07/1850571>. Acesso em: 28. Jul. 2025.

processo produtivo, mostra que os setores da economia denominados atrasados, improdutivos e informais, constituem-se em condição essencial para a modernização do núcleo integrado ao capitalismo orgânico mundial.

Ao analisar o processo global de expansão do capitalismo, Oliveira mostra-nos que é de sua natureza acumular capital e produzir desigualdade, porém na nossa particularidade, este processo se faz entre a combinação do arcaico com o moderno.

Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (2003, p.60).

Este longo processo de capitalismo dependente e de modernização se expressa no tempo presente. O autor tipifica-o utilizando como metáfora a condição biológica do ornitorrinco. Trata-se de um mamífero com bico similar a um pato e que põe ovos. A metáfora do ornitorrinco nos traz, então, uma particularidade estrutural de nossa formação econômica, social, política e cultural, em que a “exceção” se constitui regra, como forma de manter o privilégio de minorias.

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. [...] O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão” (2003, p. 150).

E a síntese da particularidade deste processo histórico da dialética do arcaico e do moderno se expressa, para Oliveira, numa sociedade que “produz a miséria e se alimenta dela”.

No plano político, uma sociedade mantida pelo autoritarismo e a violência de ditaduras e golpes de Estado reiterados. O último, em 2016, e outro, mais grave por sua natureza nazifascista, que fracassou, em 2022. No plano jurídico, como mostra o jurista Fábio Konder Comparato, a classe dominante brasileira desde o Império até o presente atuou com a convivência de duas constituições. A oficial, que incorpora demandas populares, e a subliminar, que é a que vale de fato e que zela para não atender na prática estas demandas mediante duas estratégias: protelar a sua aplicação pela não

regulamentação ou pela dissimulação, descaracterizando estas conquistas⁷. Dois exemplos emblemáticos da Constituição de 1988 da estratégia de não regulamentar, ambos em debate atualmente, 37 anos depois são: o primeiro refere-se à taxação das grandes fortunas ou super-ricos. O governo tem a proposta em discussão de taxar fortunas a partir de R\$ 10 milhões, com alíquotas que vão de 0,5% a 1,5%, na reforma tributária, mas essa continua recebendo forte resistência da maioria do Parlamento por defesa da fortuna de parte dos parlamentares ou de quem representam; o segundo refere-se ao controle social da mídia, antes mesmo do surgimento das redes sociais das plataformas digitais. Estas últimas, também em discussão no Supremo Tribunal Federal, porque o Congresso, a quem caberia legislar, se negou a fazê-lo ao longo de quase quatro décadas.

2. As lutas pela educação e formação profissional

Em todo o nosso processo histórico, houve lutas para alterar o projeto de capitalismo dependente e modernização conservadora na sociedade e na educação. As lutas iniciais no campo da educação se efetivaram nas primeiras décadas do século XX, mediante a defesa da educação pública por imigrantes com ideias socialistas e autonomistas. Em seguida, a Semana da Arte Moderna afirmou nossa cultura e a disputa de um pensar autônomo. Mas um movimento mais amplo em defesa da educação e da sua universalização foi desencadeado, sendo denominado na historiografia de Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

Esse movimento reuniu intelectuais liberais sociais, como Anísio Teixeira, conservadores, como Lourenço Filho, e progressistas, com ideias socialistas de Pasqual Leme. Uma defesa da escola pública e laica. Luta pela alfabetização. Este movimento encontrou resistência da aliança estratégica entre a ditadura de Getúlio Vargas e a Igreja Católica. Esta última buscava a expansão de sua influência e moralização da sociedade, disputando com a escola pública, e Vargas procurava a sustentação de seu projeto ditatorial.

A formação profissional da classe trabalhadora, Vargas a entregou ao patronato com financiamento público. O Brasil principiava a sua industrialização. O que Vargas fez foi apoiar o projeto de adestrar a mão e aguçar o olho dos trabalhadores a serviço

⁷ Ver Fábio Konder Comparato: Duas Constituições concomitantes, a democracia é incompleta. Entrevista especial com Fábio Vitor Santos, em 30 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7223-num-brasil-de-duas-constituicoes-concomitantes-a-democracia-e-incompleta>. Acesso em: 29. jun.2025.

dos interesses do patronato. Em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) ⁸ e, em 1946, com o fim da ditadura Vargas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) que, atualmente formam o Sistema S, tem uma dezena de organizações dirigidas pelo patronato e com fundos públicos.

A partir do fim do Estado Novo em 1946 até a ditadura civil militar se afirma o projeto de sociedade e de educação que interessa à classe trabalhadora do campo e da cidade. O Brasil viveu seu período virtuoso de lutas populares por um projeto autônomo de sociedade, tendo como ícone a reforma agrária. Um movimento que abrangeu a cultura pela música popular, o cinema novo, o teatro popular e a educação – de pé no chão também se aprende a ler e a escrever – e, ao mesmo tempo, um processo de conscientização. O livro de Paulo Freire *Pedagogia do Oprimido* (1987), atualmente traduzido para mais de trinta idiomas, expressa, ao mesmo tempo, a síntese de um tempo irrepreensível da luta de classes que articulava mudanças de projeto de sociedade e de educação e a genialidade do autor.

A vocação golpista da classe dominante brasileira, apoiada pela mão armada do Estado, deflagrou a ditadura empresarial militar de 1964 a 1985. Vinte um anos que engendraram assassinatos, torturas de lideranças políticas, de intelectuais, estudantes e lideranças de trabalhadores do campo e da cidade. A educação em todos os níveis teve reformas sob a égide da censura, da ideologia do capital humano. A “teoria do capital humano” se constitui na primeira referência que desloca a educação não mais para formar para a sociedade, mas para o mercado. Nem por isso as lutas dos movimentos sociais e culturais e de intelectuais a eles vinculados deixaram de existir. Uma Igreja Católica que se redimia com as comunidades eclesiais de base, agora com vínculo com o povo, foi fundamental tanto para dar guarida a perseguidos políticos como para o desenvolvimento de lideranças que se tornaram importantes na organização popular. A estruturação e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1983 teve como âncoras o movimento sindical de orientação classista, que se organizou em 1980 na Central Única dos Trabalhadores, e a igreja das comunidades eclesiais de base, que tinham forte influência na instituição, em 1984, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que se constitui na força mais atuante e vivia na disputa de um projeto de reforma agrária popular e de educação como gérmen na construção da sociedade socialista.

Em 1980 foi organizada a primeira Conferência Brasileira de Educação, seguida de mais cinco, que foram fundamentais para o debate ao longo da Constituinte

Sobre o industrialismo e o Senai ver Cunha (2005).

e na Constituição de 1988. Os Fóruns Sociais Mundiais, afirmavam a tese de que outro mundo é possível. O debate durante a constituinte e os Congressos Nacionais de Educação (CONEDs) na luta pela Nova LDB e o Plano Nacional de Educação.

Foi nesse período que afirmamos as bases teóricas e políticas do projeto de educação que defendemos: uma educação pública, universal, gratuita, laica e unitária, que faculte uma formação humana por inteiro. Ou seja, que desenvolva todas as dimensões do ser humano e politécnica: que faculte aos estudantes as bases de todos os campos das ciências para entender as leis da natureza, da qual somos parte, e as relações sociais entre os seres humanos. É neste contexto que se estabeleceu a pedagogia do MST. Uma pedagogia que não é para o campo nem no campo, mas do campo. Do campo significa que lá há sujeitudo com sua cultura, seus saberes, suas experiências e suas lutas. É desta materialidade que se forja a pedagogia que, como destaca Roseli Caldart (2000), não começa na escola, mas sim na sociedade, se afirma na escola e retorna para a sociedade. Uma pedagogia de perspectiva socialista em construção (Frigotto, 2025) que articula a luta anticapitalista com a formação de novos seres humanos em construção.

2.1 As lutas do projeto de educação e de formação profissional no contexto do neoliberalismo.

A partir, sobretudo, do final da década de 1980 o sistema capitalista radicalizou a sua violência para enfrentar a sua crise estrutural cada vez mais aguda e permanente. Mediante a apropriação privada de um salto tecnológico, que muda a natureza de operar a base material da produção e da manipulação ideológica, colapso do socialismo realmente existente, o sistema capital organizou sua vingança contra a classe trabalhadora solapando seus direitos e buscou confrontar a educação e a formação profissional emancipadoras.

No Brasil isto começou na década de 1990 com a eleição de Fernando Collor de Melo, que se mostrou incapaz de introduzir as políticas neoliberais e que acabou sofrendo um *impeachment*. A adoção orgânica e pragmática efetivou-se a partir de 1986, com a eleição Fernando Henrique Cardoso, que esteve no governo de janeiro de 1995 a janeiro de 2003. Durante esse período, Paulo Renato de Souza foi o ministro da Educação. Na mesma época foi aprovado o Decreto nº 2.200/1996, que legalizou a dualidade estrutural da educação de Ensino Médio. Também em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), após um longo embate e descaracterização, foi sancionada.

No decorrer dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, as teses neoliberais que orientam a educação em todos os níveis em confronto com a educação que forma sujeitos autônomos e emancipados se consolidaram. Foi nesse período que surgiu a tese de que professor tem que dominar as técnicas do bem ensinar, mas não cabe a ele educar. Educar caberia ao mundo privado da família e da religião. Ao mesmo tempo houve a afirmação de noções alienadoras no processo formativo: qualidade total, sociedade do conhecimento, empregabilidade, formação por competências, e empreendedorismo.

Ao longo desses oito anos houve intensa mobilização de resistência de sindicatos, movimentos sociais e culturais, instituições científicas na luta para barrar efeitos mais perversos das políticas neoliberais para a classe trabalhadora. Foi a partir da resistência dos movimentos populares, por exemplo, que, ainda dentro do governo FHC, foi criado o Pronera, em 1988. Movimentos e lutas que estão na base da eleição em 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva para o período de 2003-2006 e reeleito para o período de 2007-2010 e a eleição de Dilma Rousseff para os períodos de 2011-2014 e 2015-2016. O segundo mandato de Dilma Rousseff foi interrompido por um *impeachment*, sob argumentos casuísticos.

Nos 14 anos de governos sob a liderança do Partido dos Trabalhadores houve avanços inequívocos na transferência de renda pelo aumento real do salário mínimo, política da fome zero, política de habitação popular etc. No campo da educação, a revogação do Decreto-lei nº 2.208/1996, substituído pelo Decreto-lei nº 2.204/2004, afirma o Ensino Médio integrado à criação de 18 universidades demandadas por setores populares e em regiões do Brasil profundo. Em 2008 foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS), que atualmente se espriam por todo o território nacional, com mais de 800 campi, incluindo os em licitação. Trata-se da maior política pública de educação e formação profissional interiorizada. Também é sob os mandatos do PT que o Pronera se afirma e permite a implantação e expansão das licenciaturas da educação do campo.

Um indicador de que a classe dominante brasileira não suporta avanços nas conquistas democráticas é o fato que já no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva foram gestados dois movimentos correlacionados na disputa do projeto da educação pública. O primeiro, ligado à área dos costumes ardilosamente e de forma dissimulada, denominado “Escola sem Partido”, criado em 2004. Uma esfinge ameaçadora da sociedade e da educação (Frigotto, 2019). E, em 2006, o igualmente ardiloso e dissimulado movimento “Todos pela Educação”. O primeiro estimula a

ameaça e o ódio aos professores que ousam educar e, o segundo, busca disputar no aparelho do Estado a educação que interessa ao mercado e ao capital.

O governo golpista Michel Temer, de 31 de agosto de 2016 a janeiro de 2019, ocupou-se, não sem resistência e luta, das contrarreformas não completadas no período de Fernando Henrique Cardoso. A mais célere foi a do Ensino Médio, que representa um sequestro do conhecimento básico para a juventude.

Mas o pior viria com a eleição de um tosco capitão defensor da ditadura e da tortura que protagonizou um governo por quatro anos sob o signo da insensatez, insanidade e estupidez. O ideário de governo pautou-se na agenda dos costumes da cartilha do movimento “Escola sem Partido”. Já no discurso da vitória, colocada como pauta a ser seguida, várias tentativas de transformá-la em alguns estados foram finalmente barradas pelo Supremo Tribunal Federal. Todavia, continuou a operar na sociedade. Ao mesmo tempo houve um desmonte da sociedade, da educação e da ciência. No período dramático da pandemia, com milhares de mortes, esse governo defendeu a bandeira antivacina e anticiência.

Não por acaso extinguiu o Pronex, buscando asfixiar a educação do campo e a interrupção de cursos ofertados em parceria com uma centena de instituições públicas. Também, não por acaso, dilapidou o orçamento das Universidades Federais, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e das instituições públicas ligadas à ciência e à cultura. E por pouco um novo golpe não se materializou e que seria certamente tão o mais brutal que a ditadura de 1964. Não estaríamos seguramente aqui discutindo o que estou expondo e o que os colegas colocarão no prosseguimento.

Os movimentos sociais, políticos, culturais, sindicatos e instituições jurídicas científicas comprometidas com a democracia e com os direitos fundamentais, sociais e subjetivos, mesmo fortemente sob ataque ao longo dos quatro anos do bolsonarismo e de um golpe de estado em processo, souberem resistir e, novamente, eleger Luiz Inácio Lula da Silva presidente do Brasil. Mas este novo mandato se dá numa conjuntura totalmente adversa em que um Congresso majoritariamente de direita e extrema direita instaura uma espécie de parlamentarismo bastardo para locupletar seus interesses privados. Parte das Emendas Parlamentares, que em 2025 tem um montante de 50,5 bilhões de reais, cinicamente denominadas de secretas, materializa o parlamentarismo bastardo que enjaula o governo e limita cada dia mais a investimentos de interesse do conjunto da sociedade, mormente em educação, saúde, emprego, moradia, cultura e nas políticas de inclusão social.

No campo da educação, os representantes do capital continuam operando na disputa da escola pública, tendo como sujeito orientador as demandas do mercado e da pauta dos costumes. Um dos ministérios fortemente negociado na transição foi o Ministério da Educação (MEC), o qual o Partido dos Trabalhadores e o governo Lula não abriram mão. A saída foi colocar como ministro da Educação Camilo Santana que, por dois mandatos (2014-2022), foi governador do Ceará, cujo sucesso nas avaliações da educação foi atribuído às parcerias público-privado. De fato, o Ceará nesse período teve como organizadores do material e processo pedagógico da Educação Básica os institutos privados, como mostra a tese de doutorado de Pedro Claesen Dutra Silva (2023). Institutos cujo foco é organizar o material e o processo pedagógico para adequar-se às avaliações internacionais, mas isto à custa de uma formação humana integral.

Essa situação explica uma dificuldade adicional na luta para revogar ou alterar a essência da contrarreforma do Ensino Médio. Os intelectuais dos institutos privados têm trânsito livre no MEC e na grande imprensa são apresentados como os especialistas autorizados a falar sobre a contrarreforma. Também explica o fraco envolvimento do MEC contra o avanço da gestão das escolas públicas por empresas privadas e da militarização de escolas públicas em curso em vários estados da União.

A Educação Básica e a formação profissional e tecnológica estão, mais que nunca, em disputa. O marco desta disputa, por um lado, é a compreensão dos que defendem uma educação dual e pragmática cada vez mais focada para responder as demandas do mercado e não da sociedade, por outro, estão aqueles que defendem a escola unitária e uma educação ominalteral e politécnica formando sujeitos autônomos e emancipados.

A defesa da escola dual se explicita na tese do economista Claudio de Moura Castro, que foi o imperador do Decreto Lei nº 2.208/1996 que, como aludimos anteriormente, legalizou a dualidade estrutural do sistema de ensino básico. No artigo “O dilema do ensino técnico”, afirma:

m 1985, eu participava de uma comissão do MEC para examinar essas escolas. Sugeri que fosse separada a vertente acadêmica da profissional Assim, quem quisesse fazer vestibular não perderia tempo nas oficinas, deixando as vagas para quem pretendesse exercer as profissões aprendidas. Palavras ao vento. Em meados de 1990, estava no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e assessorava o ministro Paulo Renato, interessado em um empréstimo para o ensino técnico. Mas a proposta esbarrava no elitismo e na distorção dos cursos. Diante do impasse, desenterei a minha proposta que foi aceita e implementada. Quem quisesse o vestibular escolheria o ramo acadêmico. Quem quisesse a profissão

iria para o ramo técnico, depois de formado no ensino médio. Ou, então, poderia fazer o médio, simultaneamente (São Paulo, Revista Veja, 15 de outubro de 2012).

Castro sempre foi um defensor do Sistema S, especialmente o Serviço de Aprendizagem Industrial (Senai). Nesse mesmo artigo critica as teses dos educadores que, apoiados em Antônio Gramsci, defendem a escola unitária e a formação politécnica. A pedagogia do Senai defendida por Castro era de que os que frequentavam a referida instituição deviam ter uma formação profissional que correspondesse ao que demanda o patronato industrial. A contrarrefoma do Ensino Médio atual, em sua essência, substitui uma formação que serve ao patronato industrial para ao que serve ao mercado, ou seja, ao patronato em geral.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFIS), criados em 2008, no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, representam um projeto de superação da dualidade na formação profissional e tecnológica mediante o ensino integrado. Por isso as forças ligadas às reformas educacionais neoliberais vêm a criação dos IFS como algo que não deveria existir. Tanto em relação à Educação Básica quanto em relação aos IFS, o esforço dos reformadores neoliberais, fortemente presentes no aparelho do Estado, Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, buscam transformá-los em instituições estatais, mas não públicas como mostra o livro *Estatat não público. Como instituições educacionais públicas de ensino passam a funcionar como empresas privadas* de Tiago Fávero de Oliveira (2024).

Permanece atual, deste modo a tese de Florestan Fernandes de que a educação continua sendo nosso maior dilema nacional. O fundamento deste dilema Florestan o colhe em diálogo com Paulo Freire, na sua obra *Pedagogia do oprimido*, Para Florestan a negação da educação é algo que prejudica os oprimidos com a fome e a miséria ou até mais, porque os privam dos conhecimentos que lhes permitem a se organizarem e resistirem contra o s seus opressores.

Todavia, não se trata de qualquer educação para que o nosso dilema de nação seja superado.

A pedagogia volta a ser a chave para a decifração do nosso enigma histórico. O que a Constituição negou, o povo realizará. Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores (Florestan, 2020 p.29).

Este horizonte de luta que Florestan Fernandes aponta tem sido e é a agenda de luta das educadoras e educadores dos movimentos sócias do campo reunidos neste Encontro Nacional do Pronera. Agenda que vem sendo combatida ferozmente pelas forças políticas e econômicas de direita e extrema direita. O sociólogo e cientista político Paulo Baía nos trás uma leitura de como agem estas forças para inviabilizar as políticas públicas que atendem os povos do campo e o conjunto da classe trabalhadora.

O Brasil político de agora é uma máquina de fingimentos. Lula, no centro da engrenagem, governa com ministros que representam partidos que, na prática, não o apóiam. O presidencialismo de coalizão, antes pragmático, tornou-se um jogo de sequestro e resgate. O governante se vê obrigado a pagar resgates diários para manter o governo refém de pé. Ministérios são entregue como moeda de troca, mas não há entrega política em contrapartida. Lula, nesse cenário, emerge como uma figura trágica: o político mais experimentado do país, com um vínculo afetivo profundo com os setores mais pobres da população, mas isolado no comando de um governo que é dele e não é. Um presidente que fala para o povo, mas é silenciado por um Parlamento que fala apenas para si. Ele carrega um mandato que lhe foi dado pelo voto, mas está cercado por forças que desconfiam do voto como expressão legítima da soberania popular. Essa forma de operar o poder é mais do que cálculo. É uma cultura, uma prática social arraigada, uma antropologia do cinismo. A traição é sistemática, mas cuidadosamente protocolada.⁹

Este diagnóstico nos indica que estas forças buscam inviabilizar o ano e meio que resta do governo para que nenhuma política pública avance, mas, pelo contrário, sejam asfixiadas. Mas vão além, dito à luz do dia pelo filho do inominável em artigo na *Folha de São. Paulo*. O próximo candidato da direita e extrema direita tem que se comprometer a fazer a anistia aos golpistas e se o Supremo Tribunal Federal se opuser impô-la pela força.¹⁰

Uma espécie de plágio do que o ex governador do Rio de Janeiro Carlos Lacerda, afirmava na campanha presidencial de 1950 em relação à candidatura de Getúlio Vargas: “O senhor Getúlio não deve ser candidato, se for candidato não deve ser eleito, se for eleito, não deve tomar posse, se tomar posse não pode governar.”

⁹ . Ver: <https://www.jornalja.com.br/colunas/a-solidao-no-poder-lula-contratodos-os-partidos/>
Acessado em 28 .de julho de 2025,

¹⁰ . Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/06/em-indireta-a-tarcisio-eduardo-bolsonaro-critica-apoio-a-candidatos-da-direita-permitida.shtml> Acessado em 27.06.2025

Um aviso explícito das lutas que temos pela frente para salvar a frágil democracia duramente conquistada e o projeto de educação do campo e do conjunto da classe trabalhadora. O Brasil em 2025 e 2026 será marcado por uma breve conjuntura na qual se joga a possibilidade de um marco sem retorno que definitivamente impeça golpes e ditaduras e seus efeitos destrutivos ou um retrocesso à lógica do autoritarismo, encoberto por uma falsa democracia. Temos que ter presentes e lutar agora para que depois não seja tarde sobre dois eventos decisivos.

De imediato nossa luta em todos os espaços que ocupamos é o apoio ao Supremo Tribunal Federal conclua o julgamento e a prisão compatível para os crimes que cometeram as lideranças e os que as seguiram no planejamento do golpe de Estado para impedir o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Planejamento que previa o assassinato de Lula, seu vice, Geraldo Alckmin e o Ministro Alexandre de Moraes. Sem, portanto, anistia e sem prisão domiciliar.

Mas, concomitantemente, entender que a eleição decisiva de 2026 é decisiva para o que lutamos. Se os candidatos que encarnam o ideário bolsonarista vencerem a eleição e com um Congresso do tipo que temos hoje ou pior, o primeiro ato será o da anistia aos golpistas. O passo seguinte será a agenda do ódio e vingança.

Uma conjuntura, portanto, que nos interpele a intensificar a formação e luta política. Luta para alargar e solidificar não apenas um apoio popular ao governo, mas a criação de um poder popular historicamente defendido pelo MST. O que as forças fascistas de extrema direita buscaram e buscam ao longo da história é cancelar a política. Portanto, cancelar a luta pelos direitos universais sonhados ou roubados.

O historiador Eric Hobsbawm, em seu último livro, síntese de sua vasta obra *Como mudar o mundo. Marx e o marxismo, 1844-2011*, destaca o sentido de política na concepção de Antônio Gramsci o qual nos serve de horizonte. Política para Gramsci é um fenômeno mais amplo do que se entende por “ciência e arte da política”, e que ele define como “um conjunto de regras práticas de pesquisa e observações particulares destinadas a despertar o interesse pela realidade efetiva e suscitar intuições políticas mais rigorosas e robustas”. E o historiador conclui. “A definição está em parte implícita no próprio conceito de práxis: compreender o mundo e transformá-lo é a mesma.” (Hobsbawm, 2012, p.292)

Que este seminário do Pronera possa fomentar a tríplice tarefa sinalizada por Antônio Gramsci, especialmente para a juventude, na luta política em seu tempo para enfrentar o fascismo. “Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos,

porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força.” Sim, é isto que aqui estamos fazendo.

A luta, camaradas, seguindo a lição do cortador de pedras do poema de Jacob Riis: “Quando nada parece dar certo, vou ver o cortador de pedras martelando sua rocha, talvez 100 vezes, sem que uma única rachadura apareça. Mas, na centésima primeira martelada, a pedra se abre em duas, e eu sei que não foi aquela que conseguiu isso, mas todas as que vieram antes.”

Referências

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.

DE OLIVEIRA, Tiago Fávero. **Estatual não público. Como instituições educacionais públicas de ensino passam a funcionar como empresas privadas**. Curitiba, Editora CRV, 2024.

DA COSTA, Joaquim Gonçalves. **Soberania alimentar: dimensões material, prático-política e utópica**. Rio de Janeiro, Editora LPP/UERJ, 2021.

DUTRA SILVA, Pedro Claesen. **Ofensiva ideopedagógica dos institutos empresariais no Brasil: uma análise a partir da realidade cearense**. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

CHAHAIRA, Letícia. **E, se eu não existo, por que cobras de mim? – as pessoas privadas de liberdade sem documentação civil**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2023.

CUNHA, Luiz Antônio da. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo, UNESP, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

FERNADEDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo, Expressão Popular, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **O MST e a educação do campo: uma pedagogia de perspectiva socialista**. Rio de Janeiro, editora do LPP/UERRJ; São Paulo, Expressão Popular, 2025.

MARX, Karl. Conselho-Geral da Associação Internacional do Trabalho (AIT). In: LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e ensino em Marx e Engels**. São Paulo, Átomo&Alíne. 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.¹¹

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classe**. São Paulo. Moraes, 1988.

